

Parágrafo único - Nas áreas onde não existam sistemas públicos de coleta de lixo, os resíduos de quaisquer natureza decorrentes das atividades industrial, comercial ou de serviços, deverão ser removidos para fora das áreas de proteção em locais previamente estabelecidos pela Prefeitura.

Art. 194 - Nas áreas de mananciais d'água, não será permitido o uso de defensivos agrícolas de qualquer espécie, quer por processos manuais ou de equipamentos ou aeronaves que utilizem correntes de ar a alta velocidade.

Art. 195 - Não será permitido ligações de efluentes de esgotos domésticos ou industriais em galerias de águas pluviais.

Art. 196 - O lançamento dos efluentes das indústrias, postos de serviços automobilísticos, lavajatos na rede pública de esgoto, deverá obedecer as normas dos padrões de qualidade estabelecidos pela SEMAGO.

Art. 197 - É proibido depositar, dispor, descarregar, infiltrar, enterrar ou acumular no solo, resíduos em qualquer estado da matéria, desde que poluentes, na forma estabelecida na legislação própria.

### SEÇÃO III DA COBERTURA VEGETAL NATURAL

Art. 198 - Serão consideradas áreas de preservação permanente as matas naturais, definidas em Ato do Poder Executivo, as faixas marginais dos rios, ribeiros e riachos que atravessam o Município, sendo vetada a autorização de edificações e loteamentos dessas áreas.

Parágrafo único - Considera-se ainda área de preservação, as nascentes, mesmo chamados "olhos d'água", seja qual for a sua situação topográfica.

Art. 199 - Nas áreas e faixas de preservação, deverá ser providenciada a reposição da cobertura vegetal arbórea, quan